

## Sexta onda de extinção em massa

Muito se tem debatido sobre se já estamos a presenciar a sexta extinção em massa do planeta. Independentemente da posição assumida, a verdade é que, durante os últimos anos, a perda de espécies animais e vegetais tem sido cada vez latente: este impacto faz-se sentir, em maior escala, nos países tropicais e em desenvolvimento.

Historicamente, em cerca de 4,5 biliões de anos de existência, o nosso planeta passou por, pelo menos, cinco grandes extinções em massa, o que fez com que cerca de 98% dos organismos que, em algum momento, habitaram o globo já se tenha extinguido. Assim, estes momentos são, essencialmente, caracterizados por um aumento na taxa de seres vivos que deixam de existir.

Resumidamente, as cinco anteriores extinções em massa foram:

1. **Extinção do Ordoviciano-Siluriano** (444 milhões de anos) que afetou 86% das espécies;
2. **Extinção do Devoniano Superior** (360 milhões de anos) que afetou 75% das espécies;
3. **Extinção do Permiano** (250 milhões de anos) que afetou 96% das espécies;
4. **Extinção do Triássico Superior** (200 milhões de anos) que afetou 80% das espécies;
5. **Extinção do Cretáceo-Paleógeno** (65 milhões de anos) que afetou 76% das espécies;

De acordo com a comunidade científica, a média “normal” de extinção é de 0,1 a 1 espécie por 10 mil espécies a cada 100 anos. No entanto, quando as espécies desaparecem muito mais rápido do que são substituídas é sinal de que estamos perante um *evento de extinção em massa*. Deste modo, podemos definir o conceito de extinção em massa como uma catástrofe biológica que aniquila a grande maioria das espécies da água e da terra num intervalo geológico relativamente curto.

Esta sexta extinção em massa deve-se, segundo os investigadores que a defendem, pelo crescimento excessivo e comportamento transformador dos seres humanos. De acordo com Gerardo Ceballos, coautor de um estudo publicado em setembro de 2023 na revista PNAS, esta sexta extinção em massa pode transformar toda a biosfera, possivelmente para um estado em que será impossível a humanidade persistir. Ceballos refere ainda que, caso se verifique um cenário extremo, a biodiversidade vai acabar por recuperar, mas que os vencedores são muito difíceis de prever, uma vez que os perdedores das anteriores extinções em massa eram grupos incrivelmente bem-sucedidos.

Segundo o Relatório Planeta Vivo 2022, as populações de vida selvagem mostram, desde 1970, um declínio médio de 69% na sua abundância relativa. Este decréscimo tem maior expressão na América Latina, onde o valor se situa nos 94%.

Os contributos das novas técnicas de análise cartográfica permitem-nos uma melhor compreensão sobre a velocidade e a escala das mudanças na biodiversidade e no clima. Para além disso, após uma análise dos dados da Lista Vermelha da UICN, podemos dividir as ameaças principais em seis diferentes categorias: a agricultura, a caça, a exploração madeireira, a poluição, as espécies invasoras e as mudanças climáticas.

Esta extinção a que temos assistido traz, obviamente, consequências. Falamos, nomeadamente, da perda de vidas e de ativos económicos, do agravamento da pobreza e da insegurança alimentar, da agitação social e do aumento dos fluxos migratórios, e das patologias zoonóticas (como foi o caso da Covid-19).

Em 2022, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu que todos têm o direito de viver em um ambiente limpo, saudável e sustentável. Embora esta resolução não possua um carácter juridicamente vinculativo, espera-se que tenha algum peso sobre os diversos Estados.

Na verdade, a ONU tem vindo a desempenhar um papel fundamental na consciencialização desta problemática, especialmente em virtude dos períodos de guerra que, atualmente, presenciamos:

- A este propósito, assume, desde logo, relevância a resolução adotada pela Assembleia Geral da ONU a 5 de novembro de 2001: esta visou chamar a atenção para os danos que os recursos ambientais – água, florestas ou animais – sofrem num contexto de conflito armado, com especial ênfase nas consequências a longo prazo; neste âmbito, as Nações Unidas estimam que 40% dos conflitos se devam, direta ou indiretamente, a disputas por recursos – madeira, diamantes, ouro, petróleo, entre outros –, pelo que é fundamental criar e aplicar medidas e mecanismos de proteção ambiental como forma de prevenir conflitos;
- Em 2016, a ONU reforçou esta sua preocupação com os danos resultantes deste tipo de confrontos, explicitando o papel dos ecossistemas saudáveis e de uma exploração sustentável dos recursos na prevenção destes conflitos.

No fundo, uma guerra traz bastantes consequências e repercussões ambientais, como, por exemplo, poços de água poluídos, colheitas incendiadas, florestas abatidas, solos destruídos e animais mortos para obter vantagens militares.

**H.T.**